

Escravos e libertos enquanto sujeitos na análise do processo abolicionista dos livros didáticos de história

Slaves and freedoms as subjects in the analysis of the abolitionist process of history textbooks

Bárbara Dias Vergas¹

RESUMO: Para entender as novas concepções da educação brasileira e a função da escola na conjuntura atual, faz-se necessário uma releitura sobre as produções destinadas a instrução básica. Um tema relevante que deve ser abordado e analisado é a presença dos africanos e seus descendentes nos livros didáticos, pois propiciam a transformação da sociedade, fomenta o exercício da cidadania, além de resgatar valores e identidades dos povos que contribuíram para a formação deste país, libertando-a da visão ultrapassada sobre a História do Brasil. O presente trabalho propõe compreender o processo abolicionista no Brasil a partir dos diversos aspectos e argumentos significativos que na educação básica estão omitidos ou descaracterizados. A produção dos livros didáticos precisa estar de acordo com as novas perspectivas de estudo a fim de possibilitar discussões similares entre educação básica e o conhecimento acadêmico. A historiografia tem se debruçado em releituras sobre a história e cultura dos africanos e seus descendentes no país, fundamental para analisar a forma como estes sujeitos estão presentes nos materiais produzidos com destino à educação básica.

PALAVRAS – CHAVE: educação; livros; Abolição; Escravatura.

ABSTRACT: To understand the new conceptions of Brazilian education and the role of the school in the current situation, it is necessary to re-read the productions aimed at basic instruction. A relevant topic that must be addressed and analyzed is the presence of Africans and their descendants in textbooks, as they promote the transformation of society, encourage the exercise of citizenship, in addition to rescuing values and identities of the people who contributed to the formation of this country, freeing her from the outdated view of the History of Brazil. The present work proposes to understand the abolitionist process in Brazil based on the various significant aspects and arguments that are omitted or mischaracterized in basic education. The production of textbooks needs to be in accordance with new study perspectives in order to enable similar discussions between basic education and academic knowledge. Historiography has focused on reinterpretations of the history and culture of Africans and their descendants in the country, fundamental to analyzing the way in which these subjects are present in the materials produced for basic education.

KEYWORDS: education; books; Abolition; Slavery.

¹ Mestranda do Programa em Educação e Contemporaneidade – UNEB. Licenciada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Pós-graduanda em História Social e Cultura afro-brasileira e Indígena. Professora da rede Estadual da Bahia e rede Municipal de Salvador. Email: barbaravergas@yahoo.com.br



Introdução

A sociedade brasileira caracteriza-se por sua multiculturalidade, pois apresenta na sua história e cultura aspectos marcantes das identidades de matriz africana e indígena. No entanto, a construção do Brasil como Estado-nação esteve pautada na ideia de mestiçagem, que mascarou o preconceito existente no dia a dia.

O estudo da presença de africanos e seus descendentes no Brasil têm sido tema constante nos meios acadêmicos. São salientadas questões sobre as relações e interesses presentes no comércio de escravos, as diversas faces da escravidão e a participação de escravos e libertos na luta pela liberdade, além da significativa contribuição para a formação do povo brasileiro.

O acesso da sociedade a estes conhecimentos ocorre principalmente quando existe a conexão com a educação básica, pois os sujeitos presentes no segmento estão em processo de desenvolvimento da sua cidadania, torna ou não significativos conhecimentos adquiridos. Em 2003 foi aprovada a lei 10.639 que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, contudo a escola ainda encontra-se em processo de adaptação como espaço para exercício da valorização das diversidades.

O presente texto apresenta algumas observações da pesquisa que iniciei no curso de especialização em História Social e Cultura Afro-brasileira e Indígena e hoje abre espaço a novas reflexões no curso de mestrado em Educação e Contemporaneidade na UNEB (Universidade do estado da Bahia). O objeto da pesquisa concentra-se em publicações de livros didáticos de história após o ano de 2003 quando adveio a alteração do artigo 26- A da LBD (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com a criação da lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira. Publicações estas que são recomendadas pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) e enviadas às escolas para que sejam selecionados pelos professores.

A abordagem ocorrerá a partir de pesquisa bibliográfica e documental, com destaque a documentos oficiais, que são as leis emancipacionistas brasileiras. O referencial teórico se fundamenta com contribuições de estudiosos como Mattoso (2003), Conrad (1978), Chalhoub (2011) e Britto (2003) sobre os últimos anos da escravidão no Brasil, com destaque as perspectivas e ações de escravos e libertos, as discussões sobre a construção da identidade na sociedade contemporânea com Hall (2011), Ferreira (2000) e Teixeira (2004), além dos métodos e recursos utilizados para o ensino de história com Bittencourt (2009), Silva (1994).



Por fim, exame das funções e interesses presentes na produção dos livros didáticos e seus efeitos com Silva (2001) e Bittencourt (2006).

O foco central da pesquisa concentra-se na participação de escravos e libertos no processo abolicionista brasileiro, suas ações e organizações, além do uso e atribuições sobre a legislação abolicionista, com objetivo posterior de identificar as reflexões e análises realizadas pelos professores da educação básica a respeito desta temática. A lei Rio Branco, conhecida como lei do ventre livre, por exemplo, permite a criação de um fundo para emancipação e a possibilidade de compra da alforria, através de pecúlio adquirido pelo escravo. Segundo alguns estudiosos como Mattoso (2003) Chalhoub (2011) e Britto (2003) a consequência deste processo foi fortalecimento do movimento abolicionista, do número de fugas e intermediação da justiça para aquisição da carta de alforria. A lei Saraiva - Cotegipe, conhecida como Lei dos Sexagenários, apresenta uma tabela com preços de escravos, a fim de atenuar as inúmeras ações que intermediavam a busca pela alforria. A partir da análise da literatura didática será possível identificar essas abordagens?

Que efeitos teriam essas informações para estudantes? Mesmo antes de tornarem-se cidadãos, os escravos já se utilizavam da justiça? A possibilidade de entender o escravo e o liberto como sujeitos na busca da liberdade promoveria uma ideia positiva destes para com seus descendentes? A ênfase de tais questões possibilita desconstruir a ideia do negro passivo ou apenas rebelde, salientando aquele que inserido em determinada conjuntura utiliza-se inteligentemente de todas as armas possíveis para conseguir seu objetivo fundamental, a liberdade.

A História e os Livros Didáticos

O ensino de história traz em sua trajetória vários dilemas, dentre eles a formulação de seus currículos e a literatura didática. Os mesmos se baseiam em uma temporalidade europeia e a história do Brasil se inicia com chegada dos portugueses. Organizações indígenas e africanas são apresentadas descontextualizadas, sua participação na história nacional acontece nos processos de escravização, onde são destacadas a opressão e a passividade, com suspiros pontuais de rebeldia. Alguns estudiosos já abordaram questões referentes à história da África neste material, como Anderson Oliva (2003) que destaca a importância do ofício do historiador e do professor, tem como tarefa analisar o diálogo entre o passado e o presente. Por conta disso, para entender a história do Brasil é necessário conhecer a história da África. Além de Silva (1984), que pontua a relevância do ensino de História como contribuição para



libertar o indivíduo do tempo presente e da imobilidade diante dos acontecimentos, para compreender que a cidadania não se constitui em direitos concedidos pelo poder instituído, mas tem sido obtida em lutas constantes e em suas diversas dimensões. Oriá (1995) corrobora com esta afirmativa quando em sua análise sobre a historiografia didática de história observa que é comum encontrar textos, expressões e até mesmo ilustrações e figuras que reproduzem a visão de uma sociedade elitista e excludente, que tenta mascarar as contradições sociais e os conflitos de classe e desfavorecer o papel das minorias sociais, tais como índios, negros e mulheres no processo histórico.

Ao cumprir a sua função educativa de informar e “formar” gerações os livros didáticos tem também contribuído para perpetuar determinadas ideias, valores, preconceitos, estereótipos e visões deturpadas, fazendo, assim, “a cabeça” de estudantes e professores (ORÍÁ, 2005)

Segundo Silva (2004), o livro didático é o principal material utilizado pelos professores, principalmente nas escolas públicas, sendo muitas vezes o único recurso de leitura entre os estudantes e base para constituição dos currículos. Sobre as questões curriculares Santomé (2012) analisa as culturas negadas do currículo, onde afirma que a Instituição escolar deve ser entendida não apenas como lugar onde se realiza a reconstrução do conhecimento, mas, além disso, como lugar onde se reflete criticamente, acerca das implicações desse conhecimento. A preparação de alunos para que se tornem cidadãos ativos e críticos, membros de uma sociedade solidária e democrática passa pela intervenção curricular que vivenciam no processo de educação formal. Moreira (2011) acredita que o currículo corresponde tanto a uma questão de conhecimento quando uma questão de identidade. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social, está implicado de relações de poder, transmitem visões particulares, tem uma história, vinculada a formas específicas e eventos de organização da sociedade e da educação. Por isso, da necessidade de questionamento do currículo e os recursos que o constituem.

A literatura didática tornou-se ainda mais relevante com a criação do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) que fornece um parecer com indicações, resenhas e avaliação sobre os mesmos. É imperativa a relação com o cotidiano e o processo de formação dos sujeitos, sua reelaboração permite mudanças sociais e legitima a participação de povos que foram negados ou silenciados em outros momentos.

Se a formação do sujeito ocorre a partir dos referenciais que recebem, a escola precisa estar atenta a questão e trabalhar no sentido de acompanhar as demandas sociais. Bittencourt



(2009) analisa o papel e influências presentes na produção dos livros didáticos, que atendem interesses financeiros e políticos, conseqüentemente refletem questões culturais, como a hegemonia da cultura dominante. Considerados responsáveis pelos problemas do ensino, pesquisas têm declarado que os livros didáticos são dispositivos a serviço da ideologia e da perpetuação de um “ensino tradicional”. Não se pode negar as limitações do mesmo, mas as mudanças são fundamentais. Como afirma ainda a mesma autora o livro didático precisa ser entendido como veículo de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura de determinada época e determinada sociedade. Como vivemos numa sociedade onde a valorização da diversidade se faz latente e a construção da identidade ocorre através do processo de formação do sujeito, este material precisa ser pesquisado, a fim de que torne possível sua adequação a realidade. Silva (2001) afirma que o livro didático, de um modo geral, omite ou apresenta de uma forma simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico-cultural de diversos segmentos sociais, tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas, os trabalhadores, entre outros.

A reconstrução da presença dos africanos e seus descendentes nos livros didáticos têm a finalidade de contribuir para libertar a sociedade da visão ultrapassada sobre a história do Brasil, além de resgatar valores e identidades dos povos que contribuíram para a formação do país. Nesta perspectiva, desmitifica o mito da democracia racial.

Escravos e libertos enquanto sujeitos: Identidade e Cidadania

A partir da nova história e os estudos culturais, surgem nos cenários da história novos sujeitos. O processo histórico passa a ser observado com consideração aos diversos agentes e seu papel numa determinada conjuntura, onde são analisadas ações e posturas para transformação ou manutenção de uma realidade.

Para entender escravos e libertos com sujeitos participativos no processo de abolição da escravidão, utiliza-se as publicações de historiadores como Mattoso (2003) que entende o escravo como um agente que não esteve alheio ao processo escravista e aproveita inteligentemente sua relação com senhor para criar espaços de liberdade. Destaca a aquisição da carta de alforria, legitimada em ações que toma corpo a partir de 1831 e se fortalece em 1871², como o crescimento de ações pela compra da liberdade. A partir de Chalhoub (2011) que pesquisou os últimos anos da escravidão na Corte, Rio de Janeiro, fica visível a

² Nos anos de 1831 e 1871 foram aprovadas a lei Feijó, onde todos os escravos, que entrassem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficariam livres, e lei do ventre livre, que permitia a criação de um fundo para emancipação de escravos e a possibilidade de negociação da liberdade nos tribunais.



importância da questão no final do séc. XIX, a percepção do escravo e liberto sobre tal fenômeno, e a influência em suas ações. Estes não estavam desatentos aos acontecimentos presentes, decisivos para sua vida. Enfatiza a importância de não entender aquela conjuntura apenas na perspectiva do senhor, encarregado em fornecer a carta de alforria, mas do escravo que cria uma lógica em seu próprio mundo para estabelecer relações que atendam seu interesse, a liberdade. Segundo Britto, que analisa o processo de abolição na Bahia:

(...) estudos recentes demonstram que os cativos mesmo com a escravidão utilizavam-se com astúcia de procuradores e associações para lhes garantir melhores condições de vida e a legislação abolicionista a partir da década de setenta³ do século dezenove forneceu um considerável reforço. Aprovada em 1871, a lei do ventre livre foi à primeira na legislação estatal que de fato se compromete com o fim gradual da escravidão, pois atende as pressões sociais já existentes (BRITTO, 2003)

Sem que os autores da lei pudessem prever, os escravos passaram a utilizar as ações de liberdade para reivindicar outros direitos, denunciar maus-tratos, castigos físicos e a escravidão ilegal de africanos desembarcados depois de 1831, como afirma Albuquerque e Fraga (2006). Sobre as leis emancipacionistas, por exemplo, quando analisadas a partir das resoluções descritas, as circunstâncias em que foram aprovadas, os interesses envolvidos e suas conseqüências, revelam situações que estiveram omitidas por vezes de análises históricas e ainda são silenciadas em espaços de educação básica.

O processo de construção da identidade está associado à história e cultura em que o sujeito se insere e o conhecimento da participação de seus antepassados como agentes das narrativas históricas são relevantes para o estabelecimento de uma identificação com seu grupo. Na sociedade contemporânea, onde o processo de identificação e identidade torna-se fluido, o conhecimento permite que o sujeito visualize espaço que ocupa, assumindo uma posição política de afirmação aos seus referenciais. Hall afirma:

A identidade é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam, não considera a identificação automática, mas pode adquirida ou perdida, tornando-se politizada (HALL, 2001)

Segundo Ferreira (2000) que escreve sobre a psicologia da construção da identidade afro-descendente, os diversos estágios de percepção da identidade podem induzir a negação

³ Lei do Ventre livre ou Rio Branco (1871), Lei dos Sexagenários ou Saraiva - Cotegipe (1885), Lei de Abolição do Açoite (1886) e Lei de Locação e Serviços (1879).



ou afirmação de determinado pertencimento étnico. Cada indivíduo desenvolve um mundo simbólico, com o qual organiza sua experiência pessoal por meio de construções sobre o real em que são articuladas suas referências de mundo e de si mesmo. Os sujeitos precisam sentir-se inseridos e vistos de uma forma positiva no meio em que vivem, por isso da importância na legitimação de aspectos morais e culturais presentes em cada grupo étnico. Como declara Teixeira (2004), a identidade constitui-se no elemento guia para o trânsito no terreno da diversidade. Um ser social que tem consciência de suas raízes, não perde a perspectiva de sua identidade nacional.

Parte significativa dos estudantes de escolas públicas da cidade de Salvador é formada por negros e/ou pardos. No entanto, o processo de construção da identidade étnica torna-se deficiente, reflexo de dados que os apontam como maioria em situações de evasão e repetência. O exercício da cidadania também precisa ser revisto, pois para as populações de baixa renda direitos não são respeitados e reivindicações são silenciadas. Acredito que a possibilidade valorização da identidade étnico-racial e o conhecimento de seus ancestrais como povos que resignificaram sua existência, permitirá a estes estudantes construir um olhar positivo sobre si e sobre o seu lugar no mundo.

Considerações Parciais

Neste contexto, o momento é de revisão bibliográfica e novos olhares sobre o objeto. Como professora da educação básica da rede estadual da Bahia e Municipal de Salvador percebo a necessidade de mudanças efetivas para o ambiente escolar e a adequação da escola a sociedade do século XXI. Saviani (2001) propõe a construção de uma educação democrática e descreve os caminhos percorridos e as novas possibilidades de abordagem para transformação da educação e do espaço escolar. Entende a educação como um processo onde a prática social é seu ponto de partida e chegada, e uma educação democrática só será possível quando a escola desenvolver uma pedagogia empenhada em colocar a educação a serviço da transformação das relações sociais. Não apenas políticas devem ser aprovadas, mas a comunidade escolar precisa atentar-se a novas demandas e tornar a educação básica um espaço de atração e transformação social.

A questão que se propõe, no entanto, é que os livros didáticos produzidos no Brasil, ainda deixam a desejar nas análises sobre as iniciativas de escravos e libertos neste processo, condicionando a uma visão mais simples e linear do processo históricos, onde os sujeitos



sociais ficam submergidos pelos grupos dominantes. A posição do educador, no entanto, se torna fundamental para legitimar ou questionar as abordagens.

No momento, analiso o parecer do PNLD com destaque as referências sobre cidadania e História e Cultura afro-brasileira e indígena. Além disso, busco informações de professores das escolas estaduais do ensino médio, na cidade de Salvador, sobre critérios para escolha do material. O próximo passo será a escolha das literaturas para análise, onde serão revistos capítulos dedicados a abordagem sobre a Abolição da Escravatura no Brasil e como o escravo e liberto estão retratados nos mesmos.

Temas e conceitos dialogam na busca de direções para construção de uma educação de qualidade. Os livros didáticos precisam ser revistos e criticados constantemente para fomentar mudanças que estejam de acordo com a realidade que o envolve. O mesmo sozinho não pode transformar uma realidade, por se tratar apenas de um recurso, no entanto pode ser usado como aliado nesta luta pelo reconhecimento das sociedades multiculturais que compõe o Brasil.

Com isso o presente trabalho acentua a possibilidade de uma história nos livros didáticos que apresente os africanos e seus descendentes como “sujeitos” da história, além de favorecer a discussão no espaço escolar sobre a diversidade, conduzindo a uma visão positiva sobre a identidade negra. Tal pesquisa surge de forma inovadora, por tratar-se de mais um passo na tentativa de mudança do espaço escolar, do currículo de história e da literatura didática, que já apresentam alguns avanços devido a aprovação as leis 10.639/03 e 11.645/08, mas ainda encontram-se aquém do ideal. Se a literatura se transforma e passa a representar os caminhos e agentes do processo histórico, legitima a construção da identidade de um povo que não se percebe num caldeirão racial, onde se identificam com referenciais que negam sua ancestralidade, mas são capazes de se reconhecer como sujeitos de seu tempo e descendentes de povos que lutaram e transformaram seu mundo, mesmo em situações de opressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE, Vlamira, FRAGA, Walter. **Uma história do Negro no Brasil**. Salvador: CEAO/ Fundação Palmares, 2006.

BITTENCOURT, Circe. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 11ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Circe. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2009 – (Coleção docência em formação. Série ensino fundamental/ coordenação Antônio J. Severino, Selma G. Pimenta)



BRASIL. **Lei Nº 10.639 de 13 de janeiro de 2003.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília- DF.

BRITTO, Jailton Lima. **A abolição na Bahia (1870-1888).** CEB, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte** - São Paulo: Companhia das letras, 2011.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888.** Tradução de Fernando de Castro Ferro. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Senzala á Colônia.** 4ª Ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

FERREIRA, Ricardo F.. **Afro-descendente: Identidade em Construção.** Ed. Pallas. São Paulo, 2000.

HALL. Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade.** 11ª Ed. DP&A editora. Rio de Janeiro, 2011.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo do Brasil.** Tradução: James Amado – São Paulo: brasiliense, 2003

MOREIRA, A.F.; TADEU, Tomaz (orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade.** – 12ª ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Estudos Afro-asiáticos: A História da África nos Bancos Escolares. Representações e imprecisões na Literatura Didática.** Vol. 3. Rio de Janeiro 2003.

ORIÁ, Ricardo. **O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações.** <<http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/5790/4798>>. Acesso em 18 de maio de 2012

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As Culturas Negadas e Silenciadas no Currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na Sala de Aula: uma introdução aos estudos culturais em educação.** Petrópolis: Vozes, 1995, pp.158- 189.

SAVIANI, D.. **Educação no Brasil: concepção e desafios para o século XXI.** Cadernos de Educação - CNTE, Brasília - DF., v. Ano VI, n. 15, p. 7-14,2001. <www.uems.br/propp/conteudopos/ceja/texto3.doc> Acesso em 12 de janeiro de 2012

_____, D. **Escola e Democracia.** Edição Comemorativa. Campinas: Autores. Associados, 2008. 112p (Coleção Educação Contemporânea).

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático.** 2ª Ed. – Salvador: EDUFBA, 2004.

_____. **A desconstrução da discriminação no livro didático** In: MUNANGA, K. (Org.) Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 2001.



SILVA, Marcos Antônio (Org.). **Repensando a História**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1984

TEIXEIRA, Marli Geralda. **Afro-descendência, Identidade e Educação**, v. 8, p. 25-29, 2004.

